

DECIFRANDO O PARLAMENTO BRASILEIRO: ANÁLISE DO HISTÓRICO DE MILITÂNCIA POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS E SUA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

DECODING THE BRAZILIAN PARLIAMENT: ANALYSIS OF THE HISTORICAL ON THE POLITICAL MILITANCY OF FEDERAL DEPUTIES AND ITS TERRITORY RELATIONSHIP

GUILHERME FELIX MACHADO FILHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro
guilhermefelixmf@gmail.com

RESUMO. O presente trabalho busca dar continuidade às pesquisas realizadas desde 2012 sobre a temática da representação política. Dessa forma, o trabalho tem por objetivo geral a análise da representação política tomando como referência a militância política, encarada como expressão da interface entre representantes e representados. Ainda assim, como questão de fundo, busca-se responder se a presença de histórico de militância política dos deputados federais enquanto ainda cidadãos ativos na sociedade é um critério diferenciador e/ou qualificador para a representação política no Brasil. O prosseguimento com a pesquisas implica, nessa nova fase, novas questões a serem respondidas. Para tanto, será analisado a escalas de militância, isto é, quais as escalas de influência que cada deputado atingiu com a sua precedente militância. Tributário a isso, como objetivo específico, será analisado de que forma o fator da militância até aqui destacado interfere na construção da carreira política de cada deputado, o que significa apurar se houve interferência ou não na trajetória política seguida pelo deputado, sobretudo quanto à ocupação de cargos no executivo. Como metodologia subjacente à pesquisa está o preliminar levantamento bibliográfico, avançando com os estudos sobre a democracia representativa sua relação e reflexos na sociedade. Ademais, tomaremos como a base de dados o Portal Excelências Brasil, Portal da Câmara, sites dos próprios deputados, bem como uma base de dados constituída pelo GEOPPOL sobre o perfil dos deputados federais. Estes serão operacionalizados segundo a formulação de tabelas, gráficos e mapas, visando destacar a sua distribuição espacial e a formação de diferentes territórios.

PALAVRAS-CHAVE. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, MILITÂNCIA POLÍTICA, POLÍTICA DE ESCALAS.

ABSTRACT. This study aims to continue the research conducted since 2012 on the issue of political representation. In this way, the work has the objective analysis of political representation with reference to political militancy, seen as an expression of the interface between representatives and represented. Still, as a main goal, we seek to answer whether the presence of the historical of political militancy of federal deputies as active members in society as citizens is still a differentiator and / or qualifier for political representation in Brazil discretion. Proceeding with the research implies, in this new phase, new questions to be answered. To do so, the scales of militancy will be analyzed, in other words, which scales influence each deputy hit with his previous militancy. Tributary to it as a specific goal, will be analyzed how the factor of militancy so far highlighted interfere in the construction of the political career of each member, which means determining whether or not there was interference in the political trajectory followed by the deputy, especially regarding occupation positions on the executive. As underlying research methodology is preliminary bibliographical survey, advancing studies on representative democracy and its relationship reflections on society. In addition, we take as database the sites Portal Excelências Brasil, Portal da Câmara, deputies own sites, as well as a database created by GEOPPOL about the profile of deputies. These will be operated according to the design of tables, graphs and maps, aiming to highlight the spatial distribution and the formation of different territories.

KEYWORDS. POLITICAL REPRESENTATION, POLITICAL MILITANCY, POLITICS OF SCALES.

INTRODUÇÃO

A representação política é um dos mais importantes recursos utilizados na organização política das sociedades modernas. Sem dúvida, esse tema enseja discussões complexas, que perfazem relações mais abrangentes do que seu núcleo normativo, no qual um conjunto de pessoas elege um determinado número de representantes que devem atuar politicamente em prol de seus interesses e da sociedade como um todo. Para além desse conteúdo substantivo, outros elementos influem à complexificação desse fenômeno político, e que são diferentemente explorados por diferentes áreas das ciências sociais.

A geografia, mais especificamente a geografia política, tem na representação política um dos seus temas de estudo, tradicionalmente trabalhado pela geografia eleitoral. Apesar disso, a análise de informações sobre os diferentes cargos representativos ainda é pouco explorado pela geografia.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir a uma maior discussão do destacado tema, apresentando-o em diferentes perspectivas, cujo foco de análise estará centrado nos fatores que condicionaram o recrutamento dos deputados federais à política formal. Para isso, a partir exame dos perfis parlamentares dos deputados federais da 54ª Legislatura (2011-2015), adotou-se como critério de análise a militância política desses parlamentares, vista como uma expressão da interface entre representantes e representados. Desta forma, o objetivo maior aqui é o de melhor compreender a forma como esse mecanismo político é desempenhado no Brasil, tendo como questão de fundo se a militância política dos deputados federais enquanto ainda cidadãos ativos na sociedade é um critério diferenciador e/ou qualificador para a representação política no Brasil.

Juntamente a isso, as escalas de militância política foram também usadas como critério de análise. O intuito na utilização deste critério é identificar quais foram as escalas políticas presentes em diferentes momentos da trajetória de militância políticas dos deputados federais, visto o papel significativo que estas escalas de atuação desempenham na vida política e eleitoral dos deputados.

Acreditamos que a perspectiva de análise da representação política empregada é enriquecedora, já que amplia a reflexão acerca das relações entre os representantes políticos e as complexas relações entre suas atuações na sociedade e suas conexões territoriais. Além disso, o presente trabalho visa contribuir com novas abordagens da geografia sobre o tema, ampliando dessa maneira seu cabedal de análise.

AS RELAÇÕES ENTRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E GEOGRAFIA

Junto à sociologia e, sobretudo, à ciência política, a geografia, mais especificamente a geografia política, tem na representação política um dos seus temas de estudo, no qual, principalmente, quando visto em sua intrínseca relação com o território é entendida como um recurso de poder. Posto que o "(...) espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é arena de conflitos e conseqüentemente, de normas para a regulação que permite o seu controle." (CASTRO, 2005, p. 139), quando se amplia essa lógica ao contexto democrático encontra-se um espaço político entendido também como uma arena de conflitos, circunscrito por um aparato político institucional, no qual media e regula as negociações estratégicas entre representantes políticos, eleitores, partidos e grupos de interesses (MAGDALENO, 2010, p. 73). Desse modo, para o controle de interesses

diferenciados e muitas vezes conflitantes, é necessário o deslocamento destas demandas sociais e conflitos para a arena legal das casas legislativas: o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais (CASTRO, 2005, p. 143).

Nesse sentido, a compreensão do fenômeno da representação política “(...) significa interpretar a estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre os territórios que se formam a partir da prática política institucionalizada.” (MAGDALENO, 2010, p. 80). Para tanto, os representantes se utilizam de um conjunto de práticas a fim de promover a criação ou manutenção de um território, no qual é possível a identificação desses efeitos políticos. Dessa forma, mesmo que “a lei permita que os candidatos peçam votos em qual região de seus estados (...) na realidade, a maioria limita geograficamente suas campanhas” (AMES, 2003, p. 64) - lógica válida para a manutenção das bases eleitorais em posteriores candidaturas. Isso implica a formação de certos padrões espaciais correspondentes à territorialidade da representação política (AMES, 2003; CARVALHO, 2003).

Ademais, o tipo de sistema político apresenta papel fundamental no processo de configuração política-territorial. O Brasil, neste caso, adota de forma geral, o sistema proporcional – como é o caso do processo de composição do Congresso Nacional -, objetivando a distribuição proporcional da representação parlamentar entre os partidos. Essa representação proporcional “(...) exerceria a função de proporcionar o compartilhamento e a dispersão do poder por entre diversos grupos (...)” (MAGDALENO, 2010, p. 58), e com isso limitar o monopólio de seu exercício, como se verifica em sistemas majoritários. A proporcionalidade permite que o Parlamento reflita o perfil do eleitorado e que todas as correntes de opinião no Legislativo estejam presentes. (*op.cit.*, p. 58).

Entretanto, o entendimento da representação política como um recurso de poder, quando da sua relação intrínseca com o território, não garante uma análise tão profunda. Destacar os vínculos territoriais por si só não fornece modelo explicativo efetivo da relação primaz que a representação política estabelece entre representante e representado. Subjacente à estratégia de constituição de territórios políticos, está não só uma base territorial, mas também a uma base social, que anima e orienta as territorialidades que daí se constitui. Sendo assim, “(...) em toda disputa política há interesses que estão vinculados aos territórios em que os atores sociais habitam, trabalham, produzem riqueza e lutam para se apropriar de parte dela” (CASTRO, 2005, p. 140). Dessa forma, pode-se afirmar que a representação política apresenta uma natureza bifacetada, no qual além de seu lado institucional, possui uma face não institucional, oriunda das redes políticas que operam no território (MAGDALENO, 2010, p. 52). Rodrigues (2002), por exemplo, em estudo sobre o sistema partidário brasileiro, ao analisar sua composição sociocupacional ressalta o peso de cada seguimento socioprofissional na composição de alguns partidos previamente selecionados. Com efeito, ao fim de suas análises destaca a significância da identificação dos segmentos da sociedade para o entendimento da dinâmica partidária, no qual

(...) os partidos brasileiros se diferenciam não apenas quanto à ideologia e à orientação política (a face mais visível da vida partidária), mas também quanto aos segmentos sociais neles representados. Essa face sociológica permite supor – sem ignorar a dinâmica interna das disputas parlamentares e a ambição individual dos políticos – que os conflitos e as opções partidárias na Câmara dos Deputados não podem ser adequadamente entendidos sem referência aos interesses que a composição social dominante dos partidos sugere (RODRIGUES, 2002, p. 42-43).

Além disso, outros elementos se encontram imiscuídos no fenômeno da representação política e que desempenham papel de importância a sua dinâmica e expressão. Da mesma forma que para Rodrigues (2002) a composição social revela e explica também a dinâmica partidária, o estudo da participação política e da escala política igualmente se coloca como elementos fundamentais à análise da dinâmica da representação política e que passam ao largo nos estudos deste tema.

De acordo com ideal democrático, os cidadãos deveriam se envolver em diferentes atividades da vida política, cuja participação política seria um dos fundamentos do cotidiano das pessoas. A participação política, portanto, estaria ligada à ideia de soberania popular, como um instrumento de legitimação e fortalecimentos das instituições democráticas e da ampliação dos direitos da cidadania (AVELAR, 2007). Contudo, não há uma teoria consensual da participação política, sendo ela um termo polissêmico, entendida de forma geral como a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político relacionado à atuação em questões políticas em diferentes arenas, visando influenciar ou chamar atenção dos políticos e governos para determinados problemas (AVELAR, 2007; BONIFÁCIO, 2012).

As atividades diversas que a militância política encerraria, como a participação em sindicatos, associações, grupos estudantis, ONGs etc., são claros exemplos de participação política presente na sociedade. Nesse sentido, Avelar (2007) destaca três vias ou canais de participação política: o canal eleitoral, o canal corporativo e o canal organizacional. Por canal eleitoral tem-se todo tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país, enquanto o canal corporativo diz respeito às são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal. Esta duas primeiras seriam formas institucionalizadas de participação política. Enquanto isso, o canal organizacional consiste em formas não institucionalizadas de organização coletiva, como os movimentos sociais, as atividades das organizações não governamentais de natureza cívica e as experiências de gestão pública em parceria com grupos organizados da sociedade, como o orçamento participativo, os conselhos gestores etc.

Exceto o canal eleitoral, os outros dois canais seriam ativados por muitos dos parlamentares em momento anterior a sua entrada na política formal. Como será apresentada mais adiante, a grande maioria dos deputados federais possui histórico de militância política de diferentes tipos, o que indica a participação política como um importante fator de recrutamentos dos cidadãos ao parlamento. Levando-se em consideração que, a partir do levantamento dos perfis parlamentares destes deputados, a maioria absoluta deles ocupou algum tipo de cargo de chefia nessas organizações civis, chega-se a uma hipótese muito forte de que a precedente participação política, enquanto ainda cidadãos ativos na sociedade. Isto se constitui como fator primaz ao ingresso na política, no sentido da constituição de capital político e visibilidade que é proporcionado não só pelo ambiente e engajamento, como também pela posição de poder ocupada dentro desta militância.

Associado à participação política está a escala política, responsável também direto aos fatores que impulsionam os indivíduos a ingressarem na política. Tomando como referência a discussão feita por Cox (1998), no qual destaca a escala como um problema crucial à geografia política, há uma política de escalas inerente aos fenômenos políticos. Cox sustenta que não existe uma escala privilegiada para a política, e ao centrar sua análise sobre os interesses locais, argumenta que tais

interesses por mais sejam inscritos a uma determinada escala (*space of dependence*) podem mobilizar diferentes redes de associação, isto é, níveis de escalas (*space of engagement*), que interagem entre si, configurando assim uma política de escalas.

Ao nos remeter novamente à militância política dos deputados federais é possível identificar em suas trajetórias de militância diferentes escalas de atuação. Cada atividade de militância que desempenham concerne a uma determinada abrangência, que corresponde a escala no qual compreende aquele tipo de organização civil. Destarte, a escala de militância representaria, grosso modo, a escala de atuação política desses militantes.

A importância das escalas será mais bem apreendida na seguinte parte que consiste nas análises dos dados retirados dos perfis parlamentares.

ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS E ESCALAS DE MILITÂNCIA POLÍTICA

Partindo da observação e constatação de que muitos parlamentares têm um passado de militância na sociedade, objetivou-se, primeiramente, conhecer qual é o peso percentual dos deputados federais da atual legislatura (2011-2015) com histórico de militância política e quais são os tipos de militância presentes no conjunto de deputados com histórico, observando isso regionalmente. Para isso, levantou-se o perfil parlamentar de cada deputado federal a partir do Portal Excelências Brasil, Portal da Câmara e sites dos próprios deputados, extraindo-se especificamente seu histórico de militância. Como resultado desse primeiro levantamento, obteve-se o mapa e gráfico da página a seguir.

Essa primeira amostragem nos permite aferir que mais de 50% dos deputados federais possuem um histórico de militância na sociedade. Ainda assim, isso consequentemente nos revela ao peso percentual significativo dos deputados que não possuem histórico, destacando-se nesse grupo deputados que pertencem a famílias de tradição na política regional. Além disso, foram identificados diversos tipos de militância e que se encontram diferentemente distribuídos pelas regiões do país.

Sendo assim, parte-se do pressuposto que da mesma forma que os diferentes segmentos sociais têm papel decisivo na determinação da ideologia, do programa, das metas e das estratégias dos partidos (RODRIGUES, 2002), *a priori* a militância política representa elemento diferenciador na composição da representação política de cada região e dessa forma enseja diferentes tipos de vínculos territoriais constituídos.

Aprofundando as análises e conduzindo a um maior tratamento dos dados presentes nos perfis parlamentares, promoveu-se a análise das escalas de militância política. Como visto anteriormente, muitos dos deputados federais apresentam histórico de militância política. Ao observar mais de perto estes dados, vê-se que cada um dos deputados possui uma trajetória de militância característica, e que num todo apresenta uma diversidade de percursos e escalas de atuação.

Ao analisar os perfis parlamentares, viu-se que não há um padrão que indique um percurso definido, em que há uma variedade de situações que indica diferentes tipos de trajetórias de militância relacionados principalmente a história e contexto – sobretudo profissional - de cada deputado. As trajetórias bem como a inserção na militância política irão variar tanto sendo possível

Distribuição regional dos deputados com e sem histórico de militância na sociedade

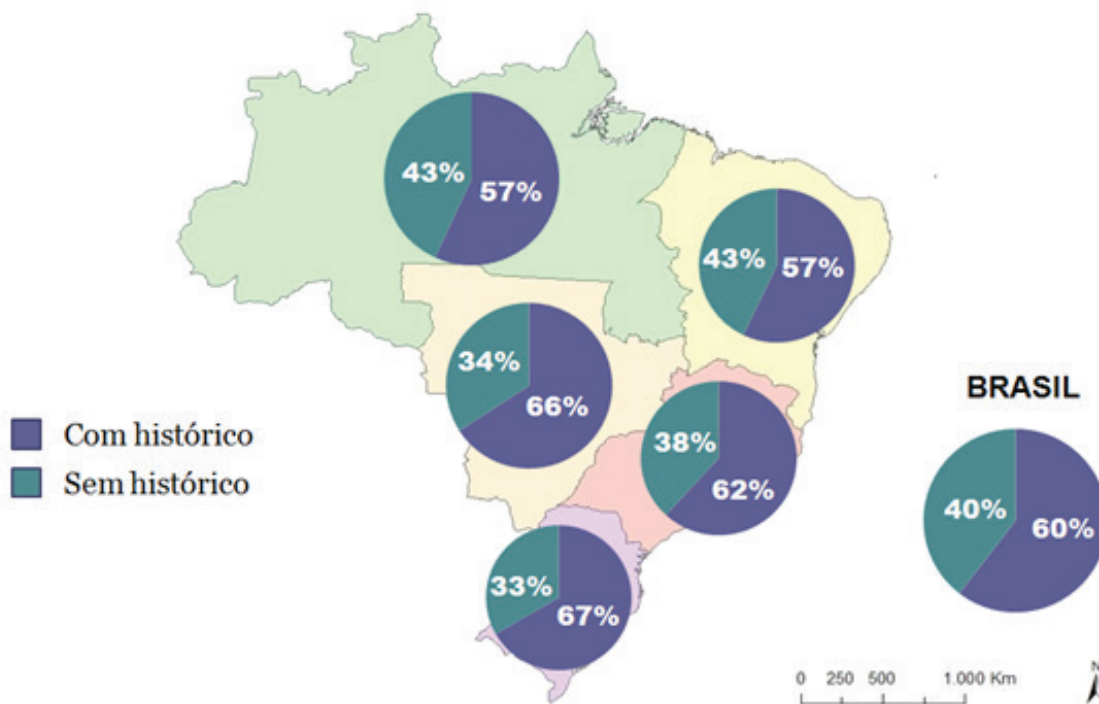
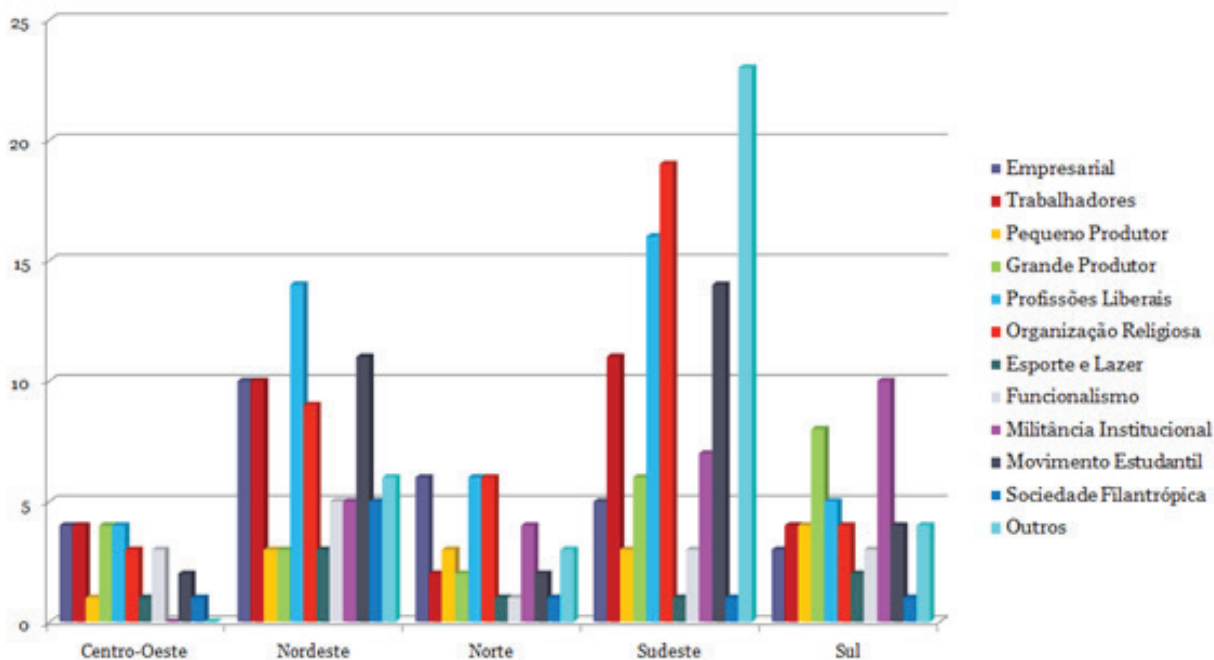


Gráfico da distribuição regional da militância em números absolutos



a entrada pela escala local como pode ocorrer já em escalas maiores, por exemplo, influenciado por um determinado contexto profissional. Muitas vezes os deputados militam simultaneamente em escalas diferentes ou são eleitos a um cargo e depois voltam à militância, ou continuam a militar durante o engajamento. Além disso, ao longo de suas trajetórias ocorre uma articulação entre distintos níveis de escalas de atuação, ocorrendo tanto em diferentes momentos em sua trajetória, quanto simultaneamente.

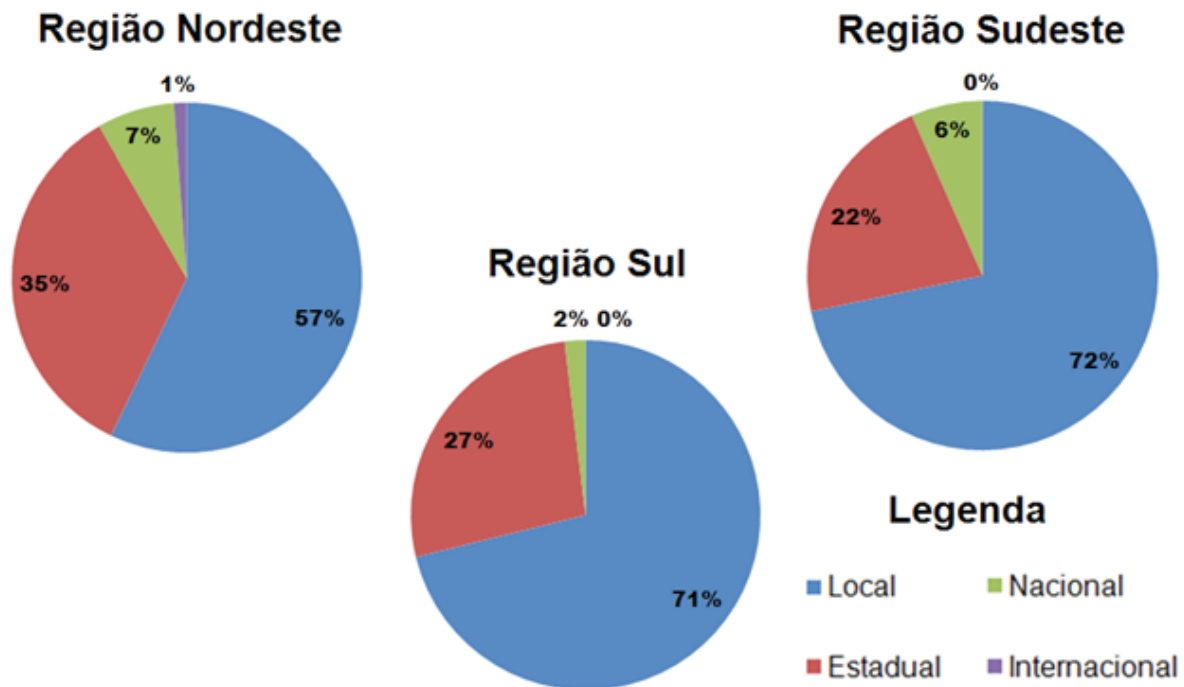
Existem alguns casos que ilustram bem os aspectos acima expostos, como é o caso do deputado Marcus Pestana (PSDB/MG) que ao longo da sua trajetória de militância se manteve na mesma escala de atuação local, iniciando na militância estudantil como coordenador e presidente de diretório acadêmico e, em um momento posterior, sendo diretor de uma associação de professores de Juiz de Fora, ou como o caso do deputado João Dado (PDT/SP), que possui uma trajetória predominante na escala estadual, engajado com a militância dos agentes fiscais de renda e dos servidores públicos do estado de São Paulo, e que em determinado momento atua na escala nacional, voltando posteriormente à escala estadual.

Outro casos, como o de Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Eleuses Paiva (PSD/SP), mostram trajetórias diversas, expressando justamente a não existência de um padrão definido e a diversidade de trajetórias. O deputado Eduardo Barbosa apresenta uma trajetória que se começa na escala local, como presidente da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Pará de Minas, em momentos posteriores ocupa a presidência da Federação das APAES do Estado de Minas e, depois, do Brasil, por fim ocupando a vice-presidência da Confederação Interamericana de Inclusão. Enquanto sua trajetória consiste na passagem de escalas de atuação que vai da escala local à escala internacional, o deputado Eleuses Paiva, por outro lado, já inicia a sua trajetória na escala nacional, ocupando a diretoria da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear, no qual em seguida passa a atuar na escala local, na presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto, e, posteriormente, ocupa na escala estadual a presidência da Associação Paulista de Medicina, e na escala nacional a presidência da Associação Médica Brasileira. Este caso mostra não só a alternância e relação entre diferentes escalas de atuação como também a transição entre escalas distantes, no caso indo de uma escala nacional direto a escala local, sem antes passar por uma escala intermediária, no caso a estadual.

Assim, no intuito de analisar quais são as escalas de atuação presentes nos históricos de militância política dos deputados federais e como elas estão expressas e constituem as suas trajetórias de militância, dividiu-se essa análise na identificação das escalas de atuação inicial, que seria a escala de entrada, o primeiro momento, a primeira escala de atuação na trajetória de militância política dos deputados, e o quadro das trajetórias de militância dos deputados que apresentam as escalas de atuação em diferentes momentos de sua militância. Para tanto, foram escolhidas três regiões, a Nordeste, a Sudeste e a Sul, visto as suas características eleitoral e política distintas. As regiões Nordeste e Sudeste foram assim escolhidas por apresentam os maiores colégios eleitorais do país, bem como os maiores números de deputados com histórico de militância e uma maior diversidade de categorias de militância. A região Sul, enquanto isso foi escolhida pela sua tradição quanto à participação e engajamento política na sociedade, como os orçamentos participativos e conselhos gestores municipais de políticas públicas.

Dessa forma, quanto às escalas de atuação inicial percebe-se o peso expressivo da escala local em todas as regiões, chegando a atingir cerca de 70% nas regiões Nordeste e Sudeste. Outro aspecto que se destaca é o peso significativo da escala estadual, sendo um pouco mais expressiva no Nordeste, como podemos observar nos gráficos abaixo.

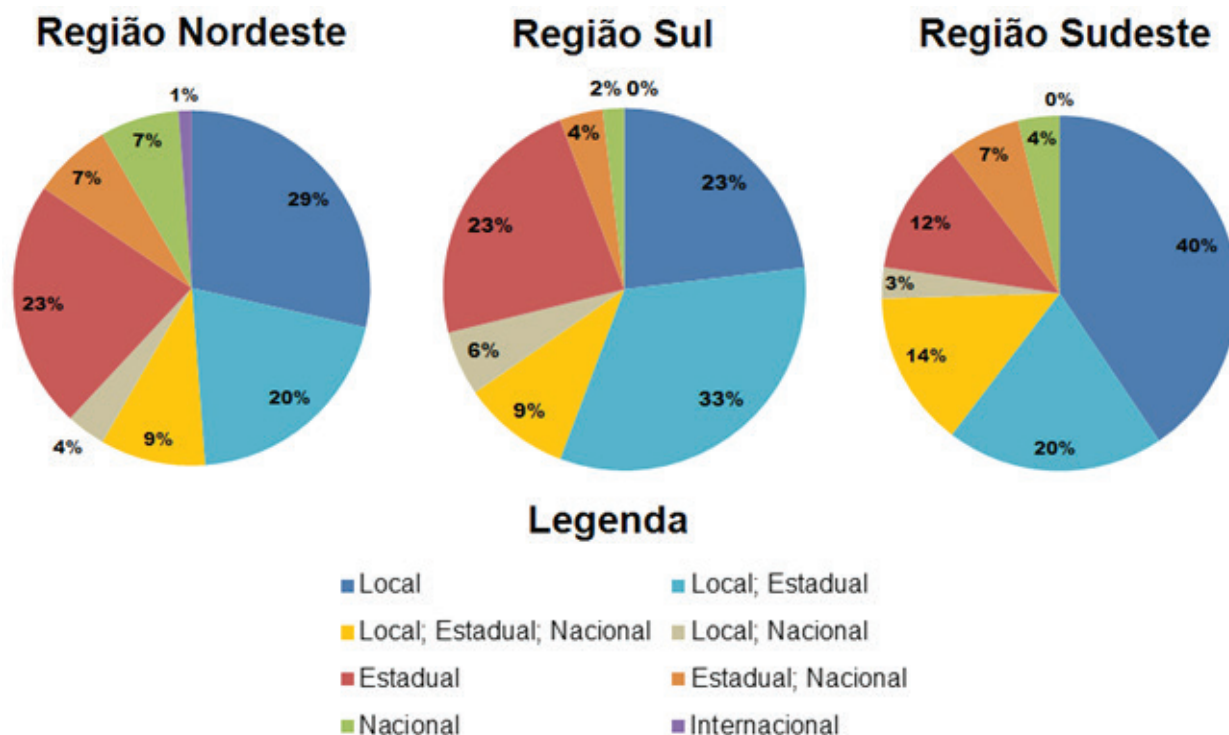
Escalas de atuação inicial



Enquanto isso, quanto às escalas de atuação na trajetória de militância se identifica logo de início a diversidade de trajetórias de militância, no qual expressa diferentes escalas de atuação dos deputados, que podem se concentrar em uma determinada escala ou perpassar escalas diferentes, em escalas próximas ou não, e sem um sentido e padrão ou trajetória definida.

Mais uma vez percebe-se o peso significativo da escala local, tanto de forma isolada, quanto associada a outras escalas de atuação. Considerando estas duas situações, a escala local está presente em mais de 50% nas regiões, atingindo na região Sudeste cerca de 80%. Além disso, as escalas local e estadual, aquelas mais significativas do ponto de vista eleitoral para os deputados federais, apresentam os maiores valores, ao passo que a escala local isolada apresenta um peso maior na região Sudeste, enquanto a escala estadual apresenta peso maior nas outras regiões, como pode ser visto nos gráficos da próxima página.

Escalas de atuação na trajetória de militância



CONCLUSÃO

O presente trabalho a partir dos aspectos apresentados e debatidos tanto conceitualmente quanto empiricamente pelos dados levantados, buscou contribuir, sob uma perspectiva geográfica, ao enriquecimento das discussões acerca do tema da representação política, uma vez que a mesma na geografia ainda é pouco explorada. Ao analisar em diferentes perspectivas o perfil dos deputados parlamentares em relação ao seu histórico de militância política, cumpriu-se o objetivo de trazer ao debate fatores que condicionam o recrutamento dos cidadãos à política formal, no sentido de melhor compreender a dinâmica da representação política utilizando como parâmetro a militância política desempenhada pelos deputados federais enquanto ainda cidadãos ativos na sociedade. Viu-se que a militância política constitui-se como um fator significativo à entrada na política, no qual a maior parte dos deputados federais possui histórico de militância política.

Além disso, subjacente à lógica de constituição de territórios, à representação política estariam relacionados elementos como a participação política e a escala política, que são pouco ou não considerados nos estudos sobre este tema, mas que seriam primazes à melhor compreensão da dinâmica concernente à representação política. Nesse sentido, estes elementos seriam responsáveis por acarretar em uma maior visibilidade e capital político ao militante. E que quanto às escalas de atuação presentes nas trajetórias de militância política dos deputados, não existe uma hierarquia de escalas, uma escala mais importante na política, mas sim uma articulação entre diferentes escalas, existindo diferentes formas de entrada e de escalas de atuação na trajetória de militância política dos parlamentares, cuja escala local apresentaria grande importância nessa trajetória.

REFERÊNCIAS

- AMES, B.. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L. & CINTRA, A.O (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BONIFÁCIO, R. *A participação política no Brasil*. Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.6, p.34-45, set. 2012.
- CASTRO, I. E. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARVALHO, N. R. *E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003
- COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. In: *Political Geography* 17, p.1-23, 1998.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.17, n.48, p.31-47, fev. 2002.